



CÓD: OP-124JN-24
7908433248347

IBGE

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Técnico em Informações
Geográficas e Estatísticas
CNU- Bloco 8- Nível Intermediário

**EDITAL N.º 08/2024 -
CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO, 10 DE JANEIRO DE 2024.**

Língua Portuguesa

1. Compreensão de textos	5
2. A organização textual dos vários modos de organização discursiva	5
3. Coerência e coesão	6
4. Ortografia.....	7
5. Classe, estrutura, formação e significação de vocábulos	8
6. Derivação e composição	15
7. A oração e seus termos. A estruturação do período.....	16
8. As classes de palavras: aspectos morfológicos, sintáticos e estilísticos	21
9. Linguagem figurada.....	21
10. Pontuação	24

Noções de Direito

1. I – DIREITO E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: Direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos	37
2. II – A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: Administração pública (artigos de 37 a 41, da Constituição Federal de 1988).....	47
3. III - Direito administrativo: conceito, fontes e princípios	53
4. Organização administrativa da União; administração direta e indireta	56
5. Agentes públicos: poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990 e suas alterações): provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa.....	60
6. Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder	101
7. Ato administrativo: validade, eficácia; atributos; extinção, desfazimento e sanatória; classificação, espécies e exteriorização; vinculação e discricionariedade	108
8. Serviços Públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; delegação: concessão, permissão, autorização.....	119
9. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado. Sanções aplicáveis aos atos de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992 e suas alterações)	131
10. Lei do Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999 e suas alterações).....	151

Matemática

1. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais; múltiplos, divisores, números primos; potências e raízes	165
2. Sistemas de Unidades de Medidas: comprimento, área, volume, massa e tempo.....	172
3. Razão e proporção	174
4. regra de três simples e regra de três composta.....	178
5. porcentagem.....	180
6. juros simples e juros compostos.....	181
7. Equação do 1º grau, equação do 2º grau, sistemas de equações; equações exponenciais e logarítmicas.....	183
8. Funções: afins, quadráticas, exponenciais, logarítmicas.....	188
9. Progressões aritméticas e geométricas	201
10. Análise combinatória: princípio fundamental da contagem, permutação, arranjo e combinação	206

ÍNDICE

11. Probabilidade.....	209
12. Estatística básica: leitura e interpretação de dados representados em tabelas e gráficos; medidas de tendência central (média, mediana, moda).....	212
13. Geometria plana: polígonos, circunferência, círculo, teorema de Pitágoras, trigonometria no triângulo retângulo; perímetros e áreas.....	216
14. Geometria espacial: prisma, pirâmide, cilindro, cone e esfera; áreas e volumes.....	220

Realidade Brasileira

1. Formação do Brasil contemporâneo: Da independência à República.....	229
2. Primeira República: elite agrária e a política da economia cafeeira.....	230
3. O Estado Getulista.....	236
4. Democracia e rupturas democráticas na segunda metade do século XX.....	238
5. A redemocratização e a busca pela estabilidade econômica.....	240
6. História dos negros no Brasil: luta antirracista, conquistas legais e desafios atuais.....	241
7. História dos povos indígenas do Brasil: luta por direitos e desafios atuais.....	244
8. Dinâmica social no Brasil: estratificação, desigualdade e exclusão social.....	254
9. Manifestações culturais, movimentos sociais e garantia de direitos das minorias.....	258
10. Desenvolvimento econômico, concentração da renda e riqueza.....	260
11. Desenvolvimento sustentável e meio ambiente.....	279
12. Biomas brasileiros: uso racional, conservação e recuperação.....	281
13. Matriz energética: fontes renováveis e não renováveis.....	285
14. mudança climática.....	286
15. transição energética.....	290
16. População: estrutura, composição e dinâmica.....	291
17. Desenvolvimento urbano brasileiro: redes urbanas; metropolização; crescimento das cidades e problemas urbanos.....	294
18. Infraestrutura urbana e segregação socioespacial.....	295
19. Desenvolvimento rural brasileiro: estrutura e concentração fundiária; sistemas produtivos e relação de trabalho no campo.....	295
20. A inserção do Brasil no sistema internacional.....	301
21. Estado Democrático de Direito: a Constituição de 1988 e a afirmação da cidadania.....	309

tores. Nesse contexto, a extensão rural surgiu como um mecanismo para diminuir essa lacuna, propondo uma relação mais próxima e direta com o homem do campo, visando sua capacitação e empoderamento.

Apesar de ser reconhecido primordialmente por sua importância política e administrativa como sede do governo federal, o Distrito Federal tem uma relevante parcela rural, que abriga desde produções familiares até experimentações agrícolas. Estas áreas rurais, por estarem próximas ao centro político, acabam por vezes refletindo as dinâmicas e transformações das políticas agrícolas do país de maneira mais imediata.

A extensão rural se apresenta não apenas como transmissão de técnicas, mas como uma via de mão dupla, na qual extensionistas e agricultores trocam experiências, adaptam soluções e co-criam estratégias para enfrentar os desafios do campo. Ao longo da história brasileira, essa prática tem passado por diversas metamorfoses, espelhando os desafios socioeconômicos e ambientais de cada época.

Assim, ao explorar a trajetória da extensão rural no Brasil e no Distrito Federal, mergulhamos em uma narrativa sobre desenvolvimento, inovação, desafios e adaptações, reconhecendo a centralidade do setor agrícola na formação socioeconômica do país e a importância de conectar ciência, prática e tradição no campo.

— Origens (até a década de 1940)

Um país de base agrária

Ao longo de sua história colonial e nos primeiros momentos como nação independente, o Brasil teve sua economia fortemente ancorada na agricultura. Grandes ciclos econômicos, como o do açúcar, café e borracha, deram forma à nossa paisagem econômica e social. No entanto, a produção agrícola era muitas vezes baseada em práticas tradicionais, com pouca intervenção tecnológica.

Os primeiros passos da extensão rural

Antes da oficialização da extensão rural como uma prática sistemática, já existiam iniciativas isoladas que buscavam levar conhecimentos mais avançados ao campo. Estas iniciativas eram frequentemente conduzidas por escolas agrícolas, sociedades rurais e até mesmo por missionários. Era uma fase onde a extensão estava mais ligada à ideia de educação rural e alfabetização do que à transmissão de técnicas agrícolas avançadas.

Influência internacional e modelos iniciais

O conceito de extensão rural, como é entendido hoje, teve suas raízes em modelos desenvolvidos principalmente nos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX. O “Modelo Smith-Lever”, por exemplo, instituído nos EUA em 1914, teve grande influência na forma como o Brasil começou a perceber a necessidade de uma ação organizada de extensão. A ideia de conectar universidades, pesquisadores e agricultores começou a ganhar força, reconhecendo-se que a pesquisa agrícola não seria efetiva sem uma ponte direta com o produtor.

Desafios e limitações

Apesar de haver uma crescente percepção da importância da extensão rural neste período, o Brasil enfrentou desafios. A vastidão territorial, as diferenças regionais, a variedade de cultivos e a falta de infraestrutura (como estradas e meios de comunicação eficientes) tornaram a implementação de programas de extensão uma tarefa complexa. Além disso, havia resistência cultural e desconfian-

ça por parte de muitos agricultores em relação a novas técnicas e práticas.

A fase inicial da extensão rural no Brasil, até a década de 1940, foi marcada por tentativas, aprendizados e adaptações. Embora fosse um período de estruturação e consolidação da ideia de extensão, as sementes plantadas nessa época forneceram a base para o desenvolvimento de programas mais robustos e sistemáticos nas décadas subsequentes. A extensão rural começava a se firmar como uma ferramenta essencial para a modernização da agricultura brasileira.

— Institucionalização (1940 - 1960)

O cenário pós Segunda Guerra

O período pós Segunda Guerra Mundial marcou um momento de reconstrução e transformação global. O mundo presenciou um boom tecnológico, com inovações que passaram a influenciar diversas áreas, incluindo a agricultura. O Brasil, imerso nesse contexto e buscando modernizar sua produção agrícola, viu na extensão rural um mecanismo fundamental para essa transformação.

Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR)

Em 1948, foi fundada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), um marco na institucionalização da extensão rural no Brasil. Com apoio do governo e cooperação internacional, principalmente dos Estados Unidos, a ABCAR atuou como principal entidade de extensão, focando inicialmente em regiões de maior desenvolvimento agrícola, como o Sudeste.

A ABCAR não só introduziu técnicas agrícolas modernas, mas também buscou promover uma mudança cultural no campo. Seu trabalho envolveu a introdução de práticas de gestão, incentivo à cooperação entre agricultores e a promoção da cidadania e educação rural.

A extensão e a modernização agrícola

A década de 1950 foi marcada pelo desejo de modernização da agricultura brasileira. Sob influência do “Milagre Verde”, que promoveu o uso intensivo de insumos químicos e variedades de alto rendimento em diversos países, o Brasil buscou atualizar suas práticas agrícolas. A extensão rural desempenhou um papel chave, sendo o veículo para introduzir essas novas técnicas aos agricultores.

Desafios e críticas

Apesar do crescimento e fortalecimento da extensão rural durante este período, também surgiram críticas. Muitos alegavam que a abordagem adotada era muito top-down, impondo técnicas sem considerar a realidade e o conhecimento local dos agricultores. Além disso, a forte ênfase na modernização às vezes levava a práticas insustentáveis e à marginalização de pequenos agricultores em benefício da agricultura de grande escala.

A fase de institucionalização da extensão rural no Brasil entre 1940 e 1960 foi fundamental para estabelecer a prática como um pilar da política agrícola nacional. Foi um período de rápido aprendizado, expansão e adaptação, onde a extensão rural começou a moldar a face da agricultura brasileira. Contudo, os desafios enfrentados e as críticas levantadas nesse período também sinalizavam a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e sustentável para a extensão no futuro.

A revolução digital no campo

Com o advento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), a extensão rural começou a se beneficiar de ferramentas como softwares de gestão agrícola, drones, satélites e plataformas online. Isso permitiu uma extensão mais eficaz, alcançando um número maior de agricultores e oferecendo soluções personalizadas.

Foco na sustentabilidade e agroecologia

Reconhecendo os impactos negativos da agricultura intensiva, houve um movimento contínuo em direção à sustentabilidade. A extensão rural passou a promover ainda mais práticas agroecológicas, manejo integrado de recursos e conservação da biodiversidade. Além disso, com a crescente preocupação global com as mudanças climáticas, a extensão rural teve papel crucial na difusão de práticas agrícolas resilientes ao clima.

Participação ativa dos agricultores

A abordagem de extensão rural no século XXI tornou-se mais participativa. Valorizando o conhecimento local, as agências de extensão passaram a envolver mais os agricultores no processo de decisão, reconhecendo-os como parceiros e não apenas como receptores de tecnologia. Isso resultou em soluções mais adaptadas às realidades locais.

Parcerias e colaborações

Neste período, observou-se um aumento nas parcerias entre órgãos de extensão, instituições de pesquisa, universidades e o setor privado. A natureza multidisciplinar dos desafios agrícolas exigiu uma abordagem colaborativa, onde diferentes entidades trabalharam juntas para fornecer soluções holísticas.

O século XXI trouxe consigo um conjunto de desafios e oportunidades para a extensão rural no Brasil. Com foco em inovação, sustentabilidade e participação, a extensão rural continuou a evoluir, buscando soluções que não apenas aumentassem a produtividade agrícola, mas que também fossem ambientalmente sustentáveis e socialmente justas. Adaptando-se às realidades em constante mudança, a extensão rural reafirmou seu papel vital na paisagem agrícola brasileira.

— Extensão rural no Distrito Federal

O cenário particular do Distrito Federal

O Distrito Federal (DF), criado em 1960 para ser a sede da capital federal, Brasília, apresenta uma particularidade em relação a outros estados brasileiros. Embora a maioria das atividades esteja centrada na administração pública e em serviços, a região também possui uma zona rural ativa, com uma diversidade de pequenos e médios produtores que cultivam desde hortaliças até grãos.

A criação da EMATER-DF

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF) foi criada em 1977 com a missão de promover o desenvolvimento rural sustentável no DF. Desde o início, sua abordagem foi voltada para a agricultura familiar, focando em práticas sustentáveis e na melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

Desafios e particularidades

Diferente de regiões agrícolas tradicionais, o DF possui uma proximidade única entre zonas rurais e urbanas. Isso traz vantagens, como acesso a mercados e facilidade de comunicação, mas também

desafios, como conflitos de uso da terra, pressões urbanísticas e questões de manejo de recursos hídricos.

Inovação e sustentabilidade

A EMATER-DF tem desempenhado um papel proativo na introdução de tecnologias inovadoras para os agricultores da região. Projetos de agricultura de precisão, uso eficiente de água e produção orgânica são alguns exemplos. Há também um forte incentivo à agroecologia, com a promoção de práticas que respeitem o meio ambiente e promovam a biodiversidade.

Participação e integração com a comunidade

A proximidade da zona rural com o ambiente urbano permitiu uma maior integração entre produtores e consumidores. A EMATER-DF promoveu diversas iniciativas, como feiras agroecológicas, que aproximaram o público urbano da realidade dos agricultores, valorizando o produto local e promovendo uma alimentação saudável.

A extensão rural no Distrito Federal reflete a singularidade de uma região que combina características urbanas e rurais. Através da atuação da EMATER-DF, os agricultores do DF têm sido capazes de enfrentar desafios específicos e aproveitar as oportunidades oferecidas por sua localização única. A história da extensão rural no DF é um testemunho da capacidade de adaptar práticas agrícolas às circunstâncias locais, buscando sempre a sustentabilidade, inovação e integração com a comunidade.

— Do passado ao futuro

A extensão rural no Brasil possui uma rica e dinâmica história, refletindo as transformações sociais, políticas e econômicas que o país experimentou ao longo do século XX e início do século XXI. Desde seus primórdios voltados para a difusão de técnicas agrícolas, até a valorização da agricultura familiar e práticas agroecológicas, a extensão rural tem desempenhado um papel fundamental na promoção do desenvolvimento agrícola sustentável.

A trajetória da extensão rural no país pode ser vista como um espelho das prioridades nacionais: a busca por segurança alimentar nas décadas de 1960 e 1970, a redefinição e descentralização nos anos 1980 e 1990, e o foco na inovação e sustentabilidade no século XXI.

O Distrito Federal, por sua vez, oferece um interessante microcosmo da extensão rural. A EMATER-DF, ao longo de sua história, enfrentou desafios específicos, mas também aproveitou as oportunidades únicas apresentadas pela proximidade entre zonas urbanas e rurais.

Olhando para o futuro, a extensão rural no Brasil e no Distrito Federal tem o potencial de continuar a desempenhar um papel crucial. Com os crescentes desafios das mudanças climáticas, da necessidade de alimentar uma população em crescimento e da conservação da biodiversidade, a extensão rural será essencial para conectar pesquisa, inovação e as realidades no campo.

Assim, a história da extensão rural no Brasil e no Distrito Federal não é apenas um registro do passado, mas uma fonte de inspiração e orientação para as futuras gerações de agricultores, técnicos, pesquisadores e formuladores de políticas. Através da colaboração, inovação e respeito ao meio ambiente e às comunidades rurais, a extensão rural pode continuar a moldar um futuro agrícola próspero e sustentável para o Brasil.

comerciais mundiais.

A expansão territorial dos Estados nacionais e o controle sobre recursos naturais existentes em territórios além das fronteiras nacionais são os ingredientes latentes, em grande parte, dos conflitos interestatais. Nesse sentido, muitas vezes, negar o acesso a recursos estratégicos, ou conter a expansão imperialista de um Estado (ou grupo de Estados), no interior do sistema internacional, torna-se a lógica dos grandes players da política internacional.

Foi dentro desse debate sobre os recursos de poder, território e acesso a recursos naturais que surgiram as primeiras observações teóricas no campo das relações interestatais. Trata-se, mais especificamente, da geopolítica, campo de estudos que analisa as relações entre Estados a partir da perspectiva histórica e geográfica. A geopolítica, que precedeu a consolidação das Relações Internacionais como um campo de estudo científico, estruturou-se a partir da teoria do poder terrestre e, posteriormente, das teorias do poder naval e aéreo.

Em 1904, o geógrafo britânico Halford John Mackinder argumentou, a partir do estabelecimento de um nexos de causalidade entre Geografia e História, que havia uma secular disputa pela supremacia mundial entre dois poderes antagonísticos: o poder terrestre e o marítimo. Segundo Mello (1999), Mackinder acreditava na existência de um poder terrestre eurásiano que buscava, por meio de uma expansão centrífuga, dominar as regiões periféricas da Europa com o objetivo de garantir acesso aos mares quentes. Já o poder antagonístico, marítimo, situado em ilhas próximas e regiões marginais à Eurásia, controlava a linha costeira dessa região com o intuito de manter o poder terrestre no interior eurásiano, recorrendo ao exercício de uma força centrípeta. Apesar de tratar o poder marítimo como força antagonística ao poder terrestre, Mackinder notabilizou-se como o principal intelectual da teoria do poder terrestre. Ao defender a existência da disputa secular entre poder terrestre e poder marítimo, Mackinder pôs fim à dominante visão eurocêntrica das análises internacionais.

No que diz respeito ao poder marítimo, em que pese à supremacia naval britânica, foi um almirante norte-americano quem, em 1880, deu inteligibilidade à teoria do poder marítimo. Alfred Thayer Mahan elaborou importante trabalho sobre a influência do poder marítimo na história no período de 1660 a 1783. O impacto dos estudos de Mahan foi decisivo na consolidação do Destino Manifesto como política de expansão do poderio norte-americano na região do Caribe e do Pacífico (Porto Rico, Filipinas e Cuba).

A teoria do poder naval, na política estadunidense, propunha o completo controle do território norte-americano, a contenção do expansionismo japonês na região do Pacífico e a retirada da supremacia dos mares dos britânicos mundialmente.

Mello (1999) ressalta que as ideias de Mackinder e Mahan foram muito influentes na configuração do sistema mundial no período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial, assim como no período da Guerra Fria (1945-1991). Após a Primeira Guerra, o ocidente acreditava na necessidade de se estabelecer um cordão sanitário no entorno da União Soviética com o objetivo de conter a influência e o avanço bolchevique no resto da Europa. Já no pós Segunda Guerra Mundial (1939-45), a consolidação de Estados-tampões junto às fronteiras soviéticas atendiam mais aos interesses do Kremlin, no sentido de dificultar qualquer tentativa de expansionismo por parte dos países ocidentais. Igualmente, na visão das potências ocidentais, a expansão e a influência do poder terrestre soviético, no coração da Eurásia, era um forte argumento da necessidade de se encampar este tipo de estratégia. Isso posto,

coube à influência do poder naval norte-americano a criação de Estados-tampões nas fronteiras soviéticas, assim como a instalação de bases militares, navais e terrestres, para conter o expansionismo soviético por terra e mar.

A ideia da rivalidade secular entre poder terrestre e naval influenciou e segue influenciando as análises internacionais. Nesse sentido, é comum o uso da metáfora da luta secular entre o país baleia (supremacia do poder naval) e o país urso (supremacia do poder terrestre). Tal metáfora é bastante utilizada para retratar o conflito entre os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (EUA-URSS) no âmbito da Guerra Fria e nos posteriores contenciosos envolvendo a Rússia e os Estados Unidos.

Desse modo, como a teoria do poder terrestre foi importante para os estudos do poder naval, as obras de Mackinder e Mahan, consideradas pilares dos estudos geopolíticos, também contribuíram para trabalhos que passaram a enfatizar a influência do poder aéreo para o equilíbrio de poder no sistema internacional. O próprio termo geopolítica traz em si a ideia da influência de questões geográficas na política. Isso posto, faz-se necessário ressaltar, também, que os estudos pioneiros na área das Relações Internacionais se beneficiaram tanto da análise histórica do sistema internacional, a partir dos desdobramentos da Paz de Vestefália até os dias atuais, como das primeiras análises geopolíticas encampadas por Mackinder e Mahan.

O Campo de Estudo das Relações Internacionais: Atores e Níveis de Análise

O estudo das Relações Internacionais visa à compreensão de eventos pertinentes às relações entre os Estados dentro de um recorte temporal determinado. Nesse sentido, faz-se necessária a construção do contexto ou da realidade em que se dão os temas — objetos de estudo das RI. Partindo do pressuposto de que as RI iniciam suas abordagens mediante a construção de conjunturas e estruturas em que seus objetos de pesquisa estão inseridos, o primeiro desafio do pesquisador do campo das Relações Internacionais é o de construir tal realidade. Esse desafio é potencializado pelo fato de cada pesquisador observar seu objeto de pesquisa a partir de sua própria perspectiva, podendo, facilmente, divergir de seu colega que, por coincidência, estuda o mesmo tema. Nesse sentido, as questões que se impõem são ontológicas, epistemológicas e teórico-metodológicas.

Ao se aprofundar nessas questões, Sarfati (2005) busca identificar os elementos, atores e proposições que compõem a realidade dos estudos das Relações Internacionais (ontologia). O autor questiona a forma como o conhecimento, na área das RI, é gerado, no sentido de identificar aquilo que pode ou não ser privilegiado nas análises (epistemologia). Por fim, Sarfati pondera sobre as formas de pesquisar Relações Internacionais (metodologia quantitativa e/ou qualitativa). Enquanto a abordagem quantitativa busca elementos mensuráveis para explicar uma realidade, a qualitativa vale-se de elementos não necessariamente quantificáveis, mas que ajudam a compreender a realidade do objeto de estudo. Daí a pertinência, no estudo das Relações Internacionais, das teorias que buscam explicar, identificando relações de causa e efeito, e de outras que buscam entender a realidade.

Outro aspecto relevante no estudo das Relações Internacionais refere-se ao nível de análise. Nesse caso, trata-se do foco dado à pesquisa. Assim, para Sarfati (2005), a análise pode buscar a explicação ou a compreensão de determinado evento internacional a

ticas em um curto espaço de tempo, dado o comprometimento de sua política interna ou acordos internacionais. No tocante à vulnerabilidade, evidencia-se a capacidade dos países em efetivamente formular novas políticas e encontrar alternativas, em curto espaço de tempo, frente a uma situação adversa no contexto internacional. Assim, observa-se que, enquanto a sensibilidade identifica o grau de dependência do país em relação às dinâmicas do sistema internacional, sua vulnerabilidade trata de sua efetiva capacidade de reação em cenários internacionais desfavoráveis (KEOHANE, 2001).

A observação das capacidades sistêmicas dos Estados, no sistema internacional, levou ao surgimento de conceitos que caracterizam a dinâmica das interações dos países em diferentes recortes temporais. Isso posto, os estudiosos das RI entendem que o sistema internacional pode operar sob a lógica da hegemonia ou dos polos de poder.

Para Arrighi (1996), a hegemonia trata da capacidade de um Estado soberano exercer, simultaneamente, seu poder de coerção e de liderança moral e intelectual no núcleo do sistema internacional. O país hegemônico mobiliza esse poder por meio da possibilidade ou ameaça de uso combinado de seus recursos de poder (território, população, recursos naturais, tecnologia, exércitos, finanças) com o fim de garantir o consentimento dos demais Estados em relação às suas políticas dentro do sistema internacional. Ainda que discordem, os demais Estados sentem-se coagidos a aceitar as políticas do país hegemônico. De forma complementar, o país hegemônico pode obter o consentimento dos demais Estados por meio de sua liderança dentro do sistema internacional, que se dá pela sua influência cultural, moral e intelectual. Consequentemente, as políticas encampadas pelo país hegemônico podem ser percebidas como benéficas pela totalidade dos países. Consequentemente, a existência de um país hegemônico, no interior do sistema internacional, fomenta o debate sobre polos de poder.

Os polos de poder, nas RI, referem-se à percepção generalizada de que alguns países, isolada ou conjuntamente, possuem capacidades para influenciar e liderar a política internacional de forma sistêmica. Destarte, pode-se dizer que a análise das Relações Internacionais leva em consideração a uni, a bi ou a multipolaridade do sistema internacional.

No caso de um sistema unipolar, pode-se usar como exemplo os contextos históricos do império romano (Pax-Romana) e do império britânico (Pax-Britânica). Nesses exemplos, ainda que outros Estados possuíssem capacidades, Roma e Inglaterra exerciam a hegemonia do sistema internacional (MAGNOLI, 2004).

Quando se percebe que a hegemonia do sistema é exercida de forma compartilhada entre dois Estados, tem-se a bipolaridade como característica patente do sistema. Em vista disso, é consolidada a ideia de que o período da Guerra-Fria foi marcado pela bipolaridade (URSS/EUA) do sistema internacional.

Por fim, as últimas três décadas têm sido caracterizadas pelo debate recorrente sobre a multipolaridade, a unipolaridade ou uni-multipolaridade do sistema internacional. Essa constatação dá-se pelo fato de que embora os Estados Unidos sejam a maior potência militar e econômica do planeta, os custos financeiros e políticos do exercício da hegemonia sobre o conjunto do sistema internacional são muito elevados. Dessa forma, abrem-se espaços para que outros Estados considerados potências locais utilizem sua influência hegemônica regional como forma de atingir seus respectivos interesses em suas relações globais.

Percebe-se, então, que a configuração do atual sistema internacional reflete os interesses de polos de poder consolidados: Es-

tados Unidos, Europa, China, Japão e Rússia. Por conseguinte, os demais Estados buscam maximizar seus interesses a partir de análises estruturais e conjunturais do sistema. Nesse panorama, torna-se compreensível o agrupamento de países sob a lógica de grupos de geometria variável (VIZENTINI, 2006). A estratégia de inserção internacional por meio desse tipo de aliança estratégica está latente na formação de grupos como o Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o G4 (Alemanha, Brasil, Índia e Japão) e o G20 (Grupo dos 20 no âmbito do sistema financeiro internacional).

Principal Debate Teórico: Realismo Versus Liberalismo

A discussão teórica nas Relações Internacionais está, tradicionalmente, pautada pela disputa entre duas correntes principais e suas variações: o realismo e o liberalismo. Naturalmente, não se trata de duas escolas perfeitamente coesas e cristalizadas, mas sim de tradições de pensamento que evoluem e se modificam com o tempo e com as circunstâncias. Essa oposição, em larga medida, começou com o surgimento do debate sobre as Relações Internacionais após o término da I Guerra Mundial. Nessa conjuntura, um grupo de pensadores vinculados à tradição liberal começou a pensar em alternativas para dirimir as possibilidades de uma nova guerra acontecer. Esse pensamento bebia do liberalismo econômico e político, que apregoava o direito natural à vida, à liberdade e à propriedade, e reputava o Estado como um potencial destruidor desses direitos. Destaca-se, portanto, o interesse na construção de uma sociedade calcada no indivíduo, que lhe pudesse assegurar as melhores condições para a fruição de sua liberdade.

No tocante à política internacional, a grande preocupação dos liberais era em relação à criação de um ambiente propício à paz mundial. Esse panorama tornar-se-ia possível na medida em que fossem criadas e impulsionadas instituições que coibissem os vícios e os maus costumes, de forma a promover uma sociedade mais equilibrada e bem ordenada. Na visão liberal, o Estado era, muitas vezes, responsável por perpetrar distorções nocivas ao bem comum, que acabavam fazendo com que se sobrepujassem interesses individuais à vontade geral. A guerra, por exemplo, seria fruto desse processo, uma vez que ela decorria da disputa política de determinados grupos, ainda que fosse travada em parâmetros nacionais. Para os liberais, o uso da razão — que todos possuímos — viabilizaria a construção de uma ordem internacional mais pacífica, pois os custos da guerra excederiam largamente os seus eventuais benefícios. Seria imperativo, logo, propiciar mecanismos que dessem vazão aos desejos dos indivíduos, que atentariam mais à prosperidade moral e material do que às rugas interestatais.

A percepção dos liberais a respeito da guerra pode ser sintetizada pela afirmação do filósofo Immanuel Kant (1989), que dizia que esta era “o esporte dos reis”, pois era praticada sem levar em consideração os benefícios da população. Assim, considerava-se que o sistema de Estados era caracterizado pela anarquia, aqui entendida não como sinônimo de caos, mas de ausência de autoridade superior aos Estados. Pairava no ar a possibilidade de que um simples desentendimento pudesse desencadear um conflito armado. Desse modo, se, por um lado, era prerrogativa estatal a defesa da integridade física do seu território e de seus habitantes, também era verdade que muitas das violações partiam dos próprios Estados, configurando um dilema de segurança. No entanto, esse quadro poderia ser alterado se os cidadãos fossem ativos na política e propusessem soluções que tornassem o sistema internacional mais cooperativo e pacífico.

enquanto governos autoritários podem prescindir do apoio popular para se aventurar em uma investida militar, as democracias são muito mais responsivas às demandas da população, o que seria um desincentivo à guerra. Entretanto, embora a hipótese liberal tenha respaldo empírico, o elo causal apresentado é frágil em termos de coerência interna. Afinal, questionam os realistas, se a opinião pública desempenha um papel proeminente na manutenção da paz, por que países democráticos iniciaram inúmeras vezes guerras contra ditaduras? Ademais, muitas vezes as hostilidades começaram com o apoio da opinião pública, como atesta a Guerra do Iraque (2003).

Como o realismo trata os Estados independentemente de seu regime político, a teoria da paz democrática é terminantemente rechaçada por expoentes realistas, que argumentam não haver qualquer incompatibilidade para uma guerra entre dois países democráticos. Os realistas salientam a incapacidade dos liberais em explicar o nexos causal entre a paz e o sistema de governo, objetando que o peso da opinião pública não é suficiente para legitimar a paz democrática. Todavia, ainda que os realistas tenham êxito em apontar as falhas teórico-metodológicas nas explicações dos liberais sobre o assunto, não têm o mesmo sucesso no tocante à refutação da hipótese *per se*. Dada a intransigência do realismo em apontar, nas diferenças internas de cada Estado, a razão para seu comportamento externo, é lógico que os autores dessa corrente não veem nenhuma impossibilidade em uma guerra entre duas democracias. Porém, como inexistem exemplos significativos que demonstrem o contrário, a paz democrática permanece inexplicada pelo realismo.

Outra aposta dos liberais para dirimir os riscos de um conflito armado interestatal é o livre-comércio. Esse seria um mecanismo fundamental porque criaria estímulos para que empresários e consumidores pressionassem seus Estados a não entrarem em guerra, com receio de que a contenda desvirtuasse o fluxo de bens e serviços, prejudicando a economia local. Mais uma vez, essa interpretação é rejeitada pelos pensadores realistas, que asseveram que as questões de segurança nacional têm primazia sobre os aspectos econômicos, o que reduziria drasticamente os efeitos positivos de uma interdependência comercial. A esse respeito, realça-se que esse assunto pode ser analisado de duas formas, cada uma favorável a uma escola. De fato, a história documenta fartamente guerras entre países que tinham intenso fluxo comercial, com destaque para a I Guerra Mundial, o que parece corroborar o pressuposto realista. Contudo, os liberais sublinham a dificuldade para se estabelecer uma contraprova, visto que muitos conflitos podem ter sido evitados por pretextos comerciais, sem que isso possa ser definitivamente provado.

Realistas e liberais também discordam em um elemento-chave das Relações Internacionais: o poder. Enquanto o realismo costuma tratar o poder como a variável máxima da disputa interestatal, o liberalismo ressalta que esse conceito tem de ser problematizado à luz da crescente interdependência econômica e política entre os Estados. Assim, observa-se que os realistas veem o poder como a soma relativa das capacidades dos países em termos políticos, militares, econômicos e tecnológicos, enfatizando o poder em seus aspectos relativos, ou seja, o poder que uma nação tem sobre a outra. A política internacional, logo, seria um jogo de soma zero, pois o ganho que um país tem seria uma perda em comparação ao outro: o poder é a capacidade de influenciar o sistema mais do que ser influenciado por ele. Destaca-se, ainda, o caráter político-militar da noção de poder para os realistas. Isso porque, como vivemos em uma sociedade anárquica e a sobrevivência é o objetivo último de

todos os Estados, os recursos disponíveis que cada um tem para assegurar sua integridade territorial são os seus meios de exercer pressão no sistema internacional.

Sendo a política internacional um campo de disputa por poder, como pensam os realistas, a chave para entendê-la seria analisar a balança de poder entre as grandes potências, a qual resultaria, sobretudo, da capacidade militar de cada um. Os liberais, no entanto, não compactuam com aspectos fundamentais dessas premissas, ainda que não discordem de tudo. Estão de acordo, por exemplo, com a ideia de que todos os Estados buscam aumentar seu poder na esfera internacional, cientes de que isso é crucial para a obtenção de suas metas. Não obstante, os liberais creem que a preocupação com a segurança nem sempre é prioritária para os países, que só dariam relevância ao tema quando realmente ameaçados por um competidor. Na maioria dos casos, o propósito principal teria um fundo econômico. Assim, nem seria o poder um conceito predominantemente militar, nem seria um jogo de soma zero, pois benefícios econômicos podem ser usufruídos por todas as partes, sem que ninguém saia prejudicado. Por fim, o liberalismo prevê que a interdependência gera ganhos de margem de manobra para os Estados teoricamente mais fracos, que se podem valer de suas vantagens comparativas para pressionar as grandes potências, como atesta a crise do petróleo de 1973.

Em termos cronológicos, nota-se que o primeiro autor que dotou o realismo de um senso teórico organizado e bem acabado foi o germano-americano Hans Morgenthau (2003), em seu livro *Política entre as Nações*. Nessa obra, considerada o ponto de partida para o estudo da teoria de Relações Internacionais, o autor sublinha seis princípios básicos que norteariam o sistema internacional: (a) a política, tal como a sociedade, é regida por leis objetivas, que espelham a natureza humana; (b) o poder é o objetivo comum de todos os Estados; (c) o poder é um conceito universalmente definido, mas que se expressa diferentemente de acordo com o tempo e o espaço; (d) os princípios morais são fundamentais para as Relações Internacionais, mas são subordinados aos interesses da ação política e à prudência do estadista; (e) os princípios morais não são universais, mas particulares; (f) a esfera política é autônoma em relação a outras esferas sociais.

O estudo seminal de Morgenthau sobre as Relações Internacionais foi, naturalmente, alvo de apreciações, elogios e críticas, mesmo entre pensadores realistas que o sucederam. John Herz (1950), por exemplo, enalteceu o esforço de Morgenthau para levar adiante o realismo, mas também apontou as fraquezas de sua obra. Herz acreditava que *Política entre nações* pecava ao tratar a busca por poder como variável residual das ambições humanas: na visão de Morgenthau, os Estados queriam ser poderosos porque as pessoas têm essa característica. Herz concordava com a premissa de que a procura por poder era um elemento definidor das Relações Internacionais, mas argumentava que a causa não derivava de questões psicológicas, e sim do componente anárquico do sistema internacional. Afinal, como todos os Estados somente dependem de si para garantir sua sobrevivência, é natural que exista uma corrida para obter os meios necessários para tanto. O problema é que a única maneira de se proteger é se armar, e, naturalmente, isso é percebido como uma ameaça pelos demais. Essa situação configura um dilema da segurança, pois o sucesso individual depende do mal-estar coletivo.

A crítica de Herz foi assimilada por outro realista, Kenneth Waltz, em *O Homem, o Estado e a Guerra* (1959). Esse trabalho, sob o ponto de vista metodológico, é de suma relevância para as Rela-

guerras ficariam circunscritas a regiões “atrasadas”, que ainda não haviam tomado o rumo do “progresso”. Essa hipótese se assentava nas noções anteriormente mencionadas, para as quais, os confrontos armados se deviam às características internas dos Estados. Desse modo, como todos os países teriam o interesse em aderir ao capitalismo e à democracia, acentuar-se-ia o processo de interdependência. Esse, por sua vez, não implicaria ausência de tensões interestatais, mas dirimiria os riscos de uma guerra, dado o crescente peso das instituições internacionais, o papel dos atores extra-estatais e a convergência de interesses, fazendo com que o recurso à força passasse a ser contraproducente. Ou seja, seria inevitável o crescimento dos Estados “bons”, que fariam do sistema internacional um ambiente mais pacífico.

Com o passar dos anos, a crença liberal em um mundo sem guerras foi-se diluindo — movimento acompanhado por um ressurgimento da tradição realista. Em 2001, John Mearsheimer publicou *A Tragédia das Grandes Potências*, que foi considerado por muitos como o exemplo mais bem acabado do realismo em termos teóricos. Nessa obra, Mearsheimer tratou de demonstrar que sua corrente ainda era muito útil para as Relações Internacionais, ainda que não fosse a única capaz de explicar fenômenos políticos relevantes. Mais do que criticar o liberalismo, porém, o autor procurou levar adiante o neorealismo de Kenneth Waltz (1979), que Mearsheimer definia como um realismo defensivo. Isso porque, embora Waltz, em *Teoria da Política Internacional*, tivesse dado uma grande contribuição ao realismo nos aspectos metodológico e científico, sua visão não explicava por que as grandes potências iniciavam guerras. Para Mearsheimer, Waltz (1979) havia adotado uma postura conservadora, que não dava conta de que os Estados tinham, muitas vezes, motivos para encetar um confronto armado.

Segundo esse acadêmico, as Relações Internacionais são marcadas pela anarquia internacional e são estruturadas em torno de atores racionais, os Estados. Assim, há uma competição entre eles, e o principal objetivo é a sobrevivência. Esse ponto é chave, pois considera que o poder não é uma meta, mas sim um meio para atingir um propósito. Além disso, Mearsheimer salienta que o elemento que representa uma grande potência é sua capacidade militar. Dessa forma, ainda que os recursos tecnológicos e econômicos sejam importantes, eles somente o são quando podem ser convertidos em termos militares. Nessa linha, Mearsheimer também é cético quanto às possibilidades da diplomacia na política internacional, que é insuficiente quando há um risco de intervenção militar. Na realidade, em sua interpretação, o que ocorre é que todas as grandes potências querem ser únicas no cenário internacional, o que faz com que elas balanceiem o poder com suas rivais, a fim de eliminá-las e certificar sua sobrevivência.

A teoria de Mearsheimer, que ficou popularizada como o realismo ofensivo, constitui o último esforço de grande repercussão de sua escola, por mais que muitos artigos realistas tenham sido publicados desde então. A corrente, conquanto seja respeitada e replicada cotidianamente nas Relações Internacionais, já não goza do mesmo prestígio que teve ao longo do século XX, sobretudo nos períodos em que havia uma crise aguda entre as grandes potências do sistema internacional. Atualmente, o realismo é alvo de duras críticas, inclusive de autores não liberais, mas tem seguidores nas teorias pós-modernas como o construtivismo e a teoria crítica. Do mesmo modo, os pensadores liberais também parecem anestesiados com os principais eventos políticos do século XXI, que mostraram que o seu otimismo em relação à paz entre as nações e a interdependência era precipitado, na medida em que os conflitos ainda

estavam na agenda dos Estados.

Visões Alternativas: Marxismo, Teoria da Dependência, Teoria Crítica e Construtivismo

O marxismo, no campo das Relações Internacionais, procurou estabelecer-se como um contraponto tanto ao realismo como ao liberalismo. Curiosamente, seja exatamente por esse motivo, seja por questões metodológicas, essa corrente jamais logrou o status de mainstream nas discussões sobre teoria das Relações Internacionais, especialmente nos Estados Unidos. Como veremos, o pensamento marxista, em Relações Internacionais, teve maior repercussão nas academias fora do eixo América do Norte-Europa Ocidental. É o caso do marxismo-leninismo, que chegou a ser a doutrina oficial de nações de orientação socialista e da teoria da dependência, que teve expoentes em vários pontos do chamado Terceiro Mundo.

Apesar de não ter elaborado análises diretas sobre as Relações Internacionais, e de ter dado pouca atenção ao papel do Estado no plano mundial, Karl Marx inspirou um abrangente e bastante diversificado conjunto de visões em diversos campos das Ciências Sociais. Um aspecto comum a quase todos os desdobramentos do pensamento marxista, especificamente nas RI, é o primado em pensá-los como um produto do desenvolvimento das relações de produção em dado período histórico. Nessa leitura, o sistema de Estados contemporâneo seria apenas uma forma peculiar de organização das comunidades políticas, calcadas no princípio da territorialidade e no conceito de nação, e não na formação “natural” de entidades políticas com base na comunhão de valores, como etnia, raça ou história comum.

Os autores marxistas, em RI, não compartilham da visão predominantemente benigna dos liberais acerca do capitalismo e do comércio internacional como um jogo de soma positiva para os atores envolvidos. De forma semelhante aos realistas, são, em geral, bastante céticos em relação à possibilidade de cooperação equânime e mutuamente benéfica entre os agentes que a praticam. Em relação aos realistas, os marxistas questionam a premissa de que os Estados agem autonomamente no sistema internacional, sem considerar as disputas e os interesses das classes sociais. Esses conflitos sociais, ademais, não necessariamente se limitam às fronteiras nacionais, e podem-se alastrar em compasso com a conformação do capitalismo global. As classes sociais, assim, precedem os Estados na escola marxista.

A seguir, abordaremos algumas das principais subdivisões do marxismo nas RI, tendo-se em mente o contexto em que surgiram: o leninismo, as teorias da dependência e, mais recentemente, a teoria crítica. Apresentaremos algumas visões mais representativas de cada uma dessas divisões, e, na medida do possível, contrastaremos com outras teorias, tanto com as de outras escolas de pensamento (realismo e liberalismo), como com as de outros ramos do próprio marxismo.

Como vimos anteriormente, tanto liberais como realistas tendem a caracterizar o sistema internacional como anárquico, em função da inexistência de uma autoridade central que se sobreponha aos Estados. No marxismo, premissas como a inexistência de um governo mundial, ou a preeminência dos Estados como principais atores não seriam suficientes para entender a ordem global. Tampouco seria útil, nessa visão, o emprego da categoria analítica anarquia internacional. Quase todos os autores marxistas compartilham da visão de que a ordem global é essencialmente hierárquica, coabitada por atores mais poderosos (ou centrais) que restringem o

regiões centrais apresentam atividades econômicas mais intensivas em capital e tecnologia, as periféricas acabam por se especializar na produção e na exportação de produtos básicos. A semiperiferia atinge determinado grau de industrialização e estabelece uma relação de dependência sobre a periferia, da qual importa insumos básicos. Porém, tanto a tecnologia como o capital permanecem dependentes do centro. Alguns países da América Latina, que haviam passado por um significativo processo de industrialização, como o Brasil e o México, já eram enquadrados como semiperiféricos na década de 70, quando a teoria foi proposta.

Alguns analistas argumentam que a teoria da dependência falhou em não prever a ascensão econômica dos chamados Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e Hong Kong), que teriam deixado para trás o fardo do subdesenvolvimento por meio de uma estratégia de promoção das exportações e de integração nas cadeias produtivas globais. É possível concordar com esse questionamento na assertiva de que a estratégia de desenvolvimento autárquico (ou voltado para dentro) apresenta limites, especialmente em se tratando de países com mercado interno reduzido. Além disso, em uma economia internacional bastante interconectada e dinâmica, essa estratégia de desenvolvimento pode comprometer a competitividade do país que a adota por um período muito extenso, especialmente em uma economia global cada vez mais integrada. Entretanto as teorias da dependência foram (e continuam) pródigas ao apontarem que países ou regiões que se especializam em exportar insumos básicos correm o risco de perpetuar ou mesmo acentuar seu subdesenvolvimento face aos demais players da economia mundial. E, mais além, países que se industrializam por meio da estratégia de internalização da produção de itens de médio valor agregado, como sugere Wallerstein, não deverão atingir os níveis de desenvolvimento dos países mais avançados.

A Teoria Crítica

Ainda que a leitura dos sistemas-mundo de Wallerstein permaneça bastante atual, a partir dos anos 80, observa-se o aparecimento de trabalhos de inspiração marxista, mas que se apresentavam críticos tanto às escolas realista e liberal das RI, como às próprias proposições mais clássicas do marxismo. Esses autores, influenciados pela chamada Escola de Frankfurt, vieram a constituir o que se denomina teorias críticas das RI. Diferentemente dos demais subgrupos do marxismo, as teorias críticas têm seu epicentro em universidades da América do Norte e da Europa Ocidental. É interessante frisar que essas teorias reflexivas de forma alguma foram e são peculiaridades das RI; mas integram um movimento que já encontrava ampla ressonância em outras Ciências Sociais décadas antes. No entanto, é apenas com o fim da Guerra Fria e o súbito desmonte dos regimes comunistas na Europa Oriental que elas ganharam adeptos na academia ocidental. Os críticos sustentam que o realismo teria falhado ao observar apenas a questão da distribuição das capacidades materiais, sobretudo bélicas, entre as duas superpotências. Na década de 80, com efeito, a paridade estratégica nuclear pouco havia alterado; mas um exame mais aprofundado acerca da quebra da legitimidade de instituições soviéticas, como o Partido Comunista, por exemplo, poderia dar pistas acerca das mudanças que se sucederam no final daquela década.

O principal alvo dos autores críticos é, entretanto, a tradição realista. Robert Cox (1987), autor canadense, questiona o caráter científico tanto do realismo como do liberalismo (tidos por ele como visões positivistas). Segundo esse autor, o realismo acabou

torcendo-se uma teoria “resolução de problemas”, isto é, realiza o diagnóstico da situação internacional e prescreve sugestões para o poder constituído dos Estados, no sentido de fortalecê-los. É uma teoria conservadora, uma vez que não se compromete com o ideal de emancipação humana, algo que toda teoria social deveria considerar. O realismo, assim como qualquer outra teoria social, deve ser contextualizado no tempo e espaço, e serve aos interesses de determinada audiência. Por esse motivo, jamais pode ser considerado neutro e universal. Por outro lado, Cox e outros autores críticos reconhecem que suas teorias têm abrangência limitada, decorrente da própria condição de ciência social das mesmas.

Os críticos retomam o raciocínio comum a quase todos marxistas das RI, de que não faz sentido pensar o sistema de Estados atual como uma realidade dada, sem considerar os processos históricos que o configuraram. No entanto, um dos focos de disputas com o marxismo ortodoxo refere-se à importância das ideias e de outros elementos não materiais para o exercício da liderança de determinado polo de poder. Nesse caso, os autores reabilitam o conceito gramsciano de hegemonia, o qual relaciona o poder físico ou bélico com a construção da legitimidade. Transplantado para as Relações Internacionais, a força militar dos Estados é levada a se justificar constantemente, mesmo nos casos menos defensáveis: a Alemanha nazista, por exemplo, conduziu uma linha de argumentação para atacar a Polônia, em 1939, com base na defesa de seus cidadãos frente a um crescente militarismo polonês. Outra disputa com as demais correntes marxistas é o questionamento ao determinismo e ao excessivo materialismo nas análises sobre a realidade social.

Sobre o conceito de hegemonia, os autores realistas a associam com a noção de supremacia militar de determinado poder sobre os demais; para os críticos, o termo envolve também o consentimento geral de que a ordem dada, imposta pelo agente hegemônico, é benéfica a todos os participantes. Assim, a construção do sistema de Bretton Woods, sob a hegemonia dos EUA, foi possível não apenas graças à supremacia militar sobre seus aliados ocidentais, mas também graças ao esforço de convencimento de que aquela ordem era do interesse não apenas de seu líder, os EUA, mas também de todos seus membros.

A análise de Cox, especificamente, não aposta na predominância do componente material, ou do componente das ideias para entender a política internacional. Para ele, existe certa circularidade entre formas de produção (ou forças sociais), organizações políticas nacionais e política internacional: elas influenciam-se reciprocamente, e não de forma unidirecional, como defendem as teorias tradicionais (realistas, liberais e marxistas clássicos).

As teorias críticas denunciam a falta de componente dinâmico nas teorias positivistas de RI, porquanto estas apresentam compromisso com a manutenção dos mecanismos de dominação social do Estado-nação, que são reproduzidos em âmbito global via a formulação analítica do sistema internacional interestatal. O poder, na visão das teorias mais tradicionais, tem como compromisso apenas a segurança (ou sobrevivência) daqueles que o exercem, os Estados, e não para a promoção de mudanças sociais.

Um aspecto comum a vários autores críticos é o de pensar as Relações Internacionais não como um campo autônomo nas Ciências Sociais, como outros campos também não o são. Economia e política, por exemplo, não devem ser dissociadas ao se analisar determinado contexto social e histórico. Essa visão é compartilhada por autores críticos como Cox, e por autores da chamada Economia Política Internacional (EPI), como Susan Strange.

Demais autores críticos reforçam o argumento de que o atual